

Presença européia na Amazônia

Fernando Castro Amoras¹ e Aluana Vilhena Amoras²

¹ Departamento de Pesquisa, Universidade Federal do Amapá, Rod. Juscelino Kubitschek de Oliveira, km 2, s/n, 68902-280, Cx. Postal 261, Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: fernandogentry@hotmail.com

² Graduada em Letras pela Universidade Federal do Amapá.

RESUMO: Este trabalho realiza uma breve discussão sobre o início da presença européia na região amazônica e o processo de dominação indígena, apresentando o Regime do Diretório como estratégia utilizada pelos europeus para garantirem a posse e a forma de exploração da área. Muitos conflitos houveram, na Amazônia, entre nações diversas, cobiçosas das riquezas da região, sobressaindo-se os portugueses. O significado da conquista dessa nova terra e colonização significou uma abertura de novas fronteiras para o mundo ocidental, moldando os limites territoriais atuais brasileiros.

Palavras-chaves: Amazônia. Diretório. Indígenas. Portugal.

ABSTRACT: **European presence in the Amazon region.** This paper provides a brief discussion about the early European presence in the Amazon region and indigenous process of domination, with the Directory as a strategy used by Europeans to ensure ownership and forms of exploitation of the area. There were many conflicts in the Amazon, between different nations, covetous of the riches of the region, highlighting the Portuguese. The significance of this new land conquest and colonization meant an opening of new frontiers to the Western world, shaping the boundaries of current Brazilian.

Keywords: Amazon. Directory. Indians. Portugal.

1 Introdução

O ser humano possui uma tendência gregária, que já foi alvo de acalorados debates sociológicos e antropológicos. Esta sua tendência caminha paralelo à sua atividade de descobrir e conhecer aquilo que não lhe é familiar. Tem sido assim desde os primórdios da civilização, e ainda em momentos mais adiantados de seus estágios de desenvolvimento – como afirmamos deu-se, por exemplo, no momento das grandes navegações e descobertas européias.

A aventura do descobrimento, nas palavras de Gomes (1999), tem transformado homens e mulheres, que inicialmente se aperceberam europeus, e depois transformaram o outro em “africanos e indígenas”. Foi um processo constitutivo de surgimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, que foi formada largamente pelas etnias referenciadas (PRADO JÚNIOR, 1997).

Predominava na imaginação do Velho Mundo que os limites geográficos terminavam onde a visão humana não podia atingir, dada a

estrutura tecnológica que se dispunha. Assim, havia um pré-conceito de que existia um local em que o mundo tinha fim. Com a ação das expedições marítimas, e os indícios já suspeitos, deparou-se com um mundo mais vasto ainda, que a mente humana não poderia imaginar. Terras e pessoas foram inseridas nos processos de descobertas.

Na região oceânica entre o Pacífico e o Atlântico havia um continente, que se estendia como um desafio para o navegador europeu. Os espanhóis entregaram-se nesta tarefa de adentrar na nova região, seguidos logo pelos portugueses, que ávidos pelo desejo de riquezas e glórias, mostraram-se, ambos, intemoratos, no intuito único de ufanar às realezas a que serviam. Segundo Ugarte (2003), a região amazônica inseriu-se neste contexto de descobrimentos, sendo disposta como uma “margem” do Novo Mundo.

As notícias advindas do encontro com o Novo Mundo fizeram surgir no pensamento europeu uma série de mitologias, sendo duas as mais citadas: a do eldorado, cidade encantada, erguida em ouro, e o das Amazonas (UGARTE, 2003).

Com o adensamento dos contatos e a introdução no território descoberto, o imaginário europeu começou a transformar-se, e aquilo que se mesclava entre a realidade material e a realidade imaginada passa a distinguir-se. A luz da racionalidade permitiu ao descobridor idealizar estratégias para garantir a posse do território, no preceito clássico da posse pelo uso (*uti possidetis*).

2 A expansão européia e a fronteira tordesilhana

A partir do século XV, os países europeus iniciaram um processo expansionista em direção ao Atlântico. Coube a Portugal e à Espanha o pioneirismo na expansão marítima, devido ao fato de essas nações: 1) serem as primeiras a centralizarem o poder nas mãos de um rei, 2) possuírem uma posição geográfica privilegiada e 3) terem acesso ao desenvolvimento tecnológico (caravela, bússola e astrolábio) existentes.

A divergência entre Portugal e Espanha sobre as novas rotas de navegação estabelecidas no Atlântico foram solucionadas por meio da assinatura de dois tratados: o Tratado da *Bula Inter Coetera* (1493) e o Tratado de Tordesilhas (1494).

Pelos termos da *Bula Inter Coetera*, o “novo mundo” seria dividido entre Portugal e Espanha. Isto assegurara a Portugal o direito de Padroado, haja vista que a palavra da santidade papal tinha força legal a que nenhuma nação cristã oferecia restrição de qualquer natureza. No entanto, os termos da *Bula* desagradaram à Coroa Portuguesa. Para solucionar esse impasse, foi negociado o Tratado de Tordesilhas, que ampliava os domínios portugueses sobre vasta área do continente descoberto.

O ciclo de navegações para o “novo mundo” tinha como principal objetivo, principalmente dos portugueses, garantir o domínio nas águas e nas terras do Novo Mundo. Estava-se numa nova era, cujos desdobramentos dar-se-iam pelos séculos XVI e XVII, com a vinda de franceses, holandeses e ingleses, aventurando-se em regiões desconhecidas.

O Tratado de Tordesilhas evidenciara que os portugueses já

tinham conhecimento sobre o continente sul-americano. Iniciaram-se as tentativas de fixação, visando conter a ambição desmedida de outros europeus. Irlandeses, ingleses e holandeses já estadiavam de há muito no vale amazônico, e a Coroa Portuguesa adotou a estratégia de construir fortins, para dar as primeiras nuances de urbanização na área. Mesmo assim, muitos corsários insistiam no comércio das especiarias bráslicas, tomadas dos indígenas e da floresta amazônica.

Conforme Ugarte (2003), a região amazônica foi tocada pela primeira vez por europeus em fevereiro de 1500. Comandava a expedição o espanhol Vicente Yanez Pinzon. Naquele momento, “iniciou-se uma cadeia de encontros – seguidos imediatamente de confrontos – com os nativos” (UGARTE, 2003, p. 05). A segunda expedição européia que chegou às terras amazônicas – também na desembocadura do rio Amazonas – foi comandada por outro espanhol, Diogo de Lepe, em fevereiro de 1500. Pedro Álvares Cabral só aportaria no Brasil em abril de 1500.

3 Pondo o pé na bacia amazônica

Em 12 de janeiro de 1616, o português Caldeira Castelo Branco aporta em Belém, acentuando a presença portuguesa na região. Levantou “numa ponta de terra à margem direita da baía”, um pequeno estabelecimento, circundando-o de duas cintas de madeira, que atulhou de barro e onde assentou as bocas de fogo que trouxera de São Luís (REIS, 1993a). Ali erguia-se o Fortim do Presépio.

Tinha-se uma relação amistosa,

porém momentânea, com os tupinambás. Um grande perigo advinha, nem tanto das guerras com os invasores, mas das relações com os indígenas, que eram mais aptos a interagirem na área, diferentemente dos neófitos europeus.

Holandeses, ingleses, franceses, espanhóis e portugueses apresentavam os mesmos interesses advindos da expansão territorial, com foco nas possibilidades comerciais, como o rendoso negócio das especiarias. Por meio dos relatos que chegavam, volta-se, novamente, a ação portuguesa em criar posições nas colônias que lhes dessem projeção econômica e política (BICALHO, 1999).

A Amazônia constituía-se num grande problema para a metrópole portuguesa, no que dizia respeito à sua proteção. O constante perigo de invasões estrangeiras (espanhóis, franceses e holandeses) tornava imperiosa para sua conquista a ocupação. O contexto internacional fazia urgente a imediata demarcação das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri, e na região norte das terras recém-descobertas pelos portugueses a presença de colonos constituía-se insignificante, a uns poucos degredados.

4 O Regime do Diretório Indígena

A reduzida população européia aqui presente tornava impossível qualquer planejamento de defesa da vasta área, o que dar-se-ia com a ocupação territorial. Desta forma, traçou-se um plano de colonização, que fora implantado pelo Marquês de Pombal, por meio da instituição do Regime do Diretório (SOUZA JÚNIOR, 2001).

Conforme exposição de Ferreira (1998), a análise do tecido jurídico permite obter indicações das ações almejadas pela administração portuguesa em relação à terra d'além-mar. Aquele regulamento pretendia a ação mais direta de transformar o personagem autóctone em vassalo integrante da Coroa Portuguesa. É desta forma que os indígenas foram englobados no ideário europeu – como mecanismo mais imediato de composição numérica de um quantitativo populacional nascente.

A política pombalina pretendia transformar o índio em colono. O projeto visava realizar a emancipação indígena da tutela das ordens missionárias, integrando-o à população branca, por meio da instituição de transformações sociais e estruturais nos processos de relacionamento entre a população amazônica e o povo colonizador.

O Diretório propunha, em linhas gerais, tornar o índio um personagem semelhante aos portugueses, por meio de diversas estratégias: 1 – as aldeias seriam transformadas em vilas e povoados, batizados com nomes portugueses; 2 – adoção da língua portuguesa em detrimento das línguas maternas de cada nação indígena; 3 – os casamentos entre brancos e índias seriam incentivados, com a finalidade de aumentar a população da região; 4 – os índios seriam incentivados ao trabalho agrícola, ao comércio, à vida civilizada.

Como informa Almeida (2005), alguns dos objetivos do Diretório resultaram contraproducentes. Muito antes de realizar o povoamento da região, o que se obteve foi um despovoamento, em algumas áreas, pois

além da ação do descimento realizado, alguns cativos foram assassinados pelo comportamento arreado apresentado, além das diversas fugas e deserções havidas. A sociedade colonial na região amazônica possuía a aparência indígena, mas sua manutenção dava-se por conta da intervenção metropolitana que abastecia os povoados com recursos externos à colônia.

A transformação do personagem indígena em ser liberto não se deu, ou antes, já existia, muito anteriormente à presença européia, que transformou o povo residente local em indivíduos ligados ao jugo da realeza de Portugal. O projeto pombalino da liberdade indígena naufraga com a introdução das naus portuguesas na área amazônica, pois o status de cidadão não se aplicava aos indígenas haja vista a prática dos europeus em utilizarem largamente a força de trabalho indígena a seu dispor.

5 Entre o Oiapoque e o Amazonas

Grandes espaços da região foram partilhados com homens que prestavam serviços à Coroa Portuguesa. “Ora os conquistadores falhavam nos esforços para alcançar o vale, ora se desinteressavam dele, solicitados por outros misteres de mais imediato e seguro rendimento” (REIS, 1993a, p. 32). Na parte oriental do continente americano adotou-se o sistema das capitanias hereditárias.

As fortificações na região amazônica aumentavam e a economia começava a desenvolver-se. Coletavam-se especiarias que, aos olhos dos homens de Estado de Lisboa, poderiam substituir as especiarias que o Oriente Médio já não dava com a abundância dos primeiros tempos, plantando-se

aqui cacau, algodão e café, trazidos da Guiana Francesa.

A faixa de terra sob o domínio luso-brasileiro passou a ser disputada, de um lado contra holandeses, ingleses e irlandeses, e de outro contra os franceses (especialmente os da Guiana). Aqueles três primeiros concorrentes haviam sido destroçados, mas era preciso conservar as posições para evitar as incursões dos franceses, que se instalaram em Caiena e se mostravam dispostos a descer o litoral em direção ao delta amazônico, que desejavam ter como limite daquela sua colônia (REIS, 1993a).

Os franceses cobiçaram a região entre o rio Oiapoque e a margem esquerda do Amazonas, questão que só foi resolvida por meio de um acordo, auxiliado pelos conhecimentos do geógrafo Joaquim Caetano da Silva. Outra fortificação foi construída, para dar defesa contra invasões e servir de pólo de ocupação, na área em que atualmente fica a cidade de Macapá. Este prédio é a Fortaleza de São José de Macapá, que assoma-se como um baluarte vivo da história da colonização da Amazônia brasileira.

6 Considerações finais

A história da Amazônia foi construída sob o desejo europeu de alargar as dimensões territoriais e aumentar as posses a partir da exploração das riquezas naturais. Dentro deste enfoque buscou-se demonstrar como a Amazônia passou de apenas idéia ou noção sobre o desconhecido, para os desbravadores portugueses e espanhóis, a uma utilização de um planejamento de ações para dominar a área descoberta, sendo

que o elemento indígena esteve presente durante toda a evolução dos acontecimentos.

Os episódios narrados neste texto, esquecidos por diversas vezes das crônicas nacionais, dão a contribuição da Amazônia para a história da sociedade brasileira, apresentando um contexto de conflitos entre povos europeus e os autóctones amazônidas, cujos resultados influenciaram nos atuais limites geográficos e traços culturais que apresentamos.

Referências

- ALMEIDA, M. R. C. A falácia do povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia setecentista. In: COELHO, M. C. *et al.* (org.s). **Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão nos séculos XVII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005.
- BEZERRA, E.; GRAZZIOTIN, V. Amazônia: uma região estratégica que a política oficial teima em desconhecer. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 60, p. 49-59, fev.-abr. 1997.
- BICALHO, M. F. B. As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo. In: GOMES, F. dos S. (org). **Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Francesa – séculos XVIII/XIX**. Belém: UFPA, 1999.
- FERREIRA, E. R. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: MARIN, R. A. **A escrita da história paraense**. Belém, NAEA/UFPA, 1998.
- GOMES, F. dos S. Descobertas e experiências. In: GOMES, F. dos S. (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na**

Guiana brasileira (séculos XVII e XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

REIS, A. C. F. Os tratados de limites. In: HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1972.

REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: a fronteira com a Guiana Francesa. 2. ed. Belém: SECULT, 1993a.

REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: a fronteira com as colônias espanholas. 2. ed.

Belém: SECULT, 1993b.

SOUZA JUNIOR, J. A.de. O projeto pombalino para a Amazônia e a “Doutrina do Índio-Cidadão”. In: ALVES FILHO, A. *et al.* **Pontos de história da Amazônia**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2001.

UGARTE, A. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL PRIORI, Mary; GOMES, F. dos S. (org.s). **Os senhores dos rios da Amazônia, margens e história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Artigo recebido em 28 de setembro de 2010.

Aceito em 21 de dezembro de 2010.